



REF.: EDITAL - RETIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2023-SES/GO - PROCESSO: 202300010023436.

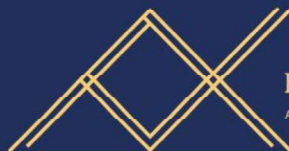
O Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, tornou público o edital de chamamento público para a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás (HERSO), localizado na Avenida Uirapuru, s/nº - Parque Residencial Isaura, Santa Helena de Goiás, 75.920-000, no Estado de Goiás, disponível no site eletrônico www.saude.go.gov.br. O referido Chamamento Público e a parceria dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei complementar nº 141/12, bem como pelas regras constantes no Edital e seus Anexos, as quais as entidades concorrentes declaram, pela sua participação no certame, conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

DA TEMPESTIVIDADE

Cumpre destacar primordialmente, a tempestividade da presente **SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO**, com base no próprio edital, que em seu item 11.1., página 07, prevê o seguinte:

11.1. O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(s) ao Edital deverá(ão) ser encaminhado(s) à Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde - CIGSS/GAB/SESGO, até às 18:00 horas do dia 12/09/2023 (esclarecimentos) e 21/09/2023 (impugnações), no endereço ou e-mail indicado no "Aviso de Chamamento Público". (nosso grifo).

Desta forma, em vista a data do encaminhamento dessa SOLICITAÇÃO DE



ESCLARECIMENTO a essa Comissão (12/09/2023) e considerando o prazo determinado no Edital supracitado, tem-se o presente pedido regular e tempestivo. Requerendo desde já, a apreciação do mesmo e a manifestação dessa Comissão interna de Chamamento Público acerca dos itens questionados.

II – No tópico “4 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO”, do Edital de Chamamento Público nº 04/2023 – SES, especificamente no subitem 4.1.4., é estabelecido o seguinte:

“que possuam existência legal no mínimo de 2 (dois) anos, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; e instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas” (nosso grifo).

III – DOS FUNDAMENTOS:

O presente Chamamento Público e a parceria dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei Complementar nº 141/12, bem como pelas regras constantes deste Edital e seus Anexos, as quais as entidades concorrentes declaram, pela sua participação no certame, conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente **(consta no preâmbulo do referido Edital, página 1).**

É fundamental destacar o sentido de “Do Chamamento Público na Lei nº 13.019/2014 e Ajustes Diretos”.

A utilização do Chamamento Público foi trazida como regra no art. 23, da Lei nº 13.019/2014, segundo o qual:

A administração pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos, e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista na aludida Lei.

O Chamamento Público espelha um procedimento seletivo, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da



impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (nosso grifo).

Consta no § 2º da Lei nº 13.019/0214:

É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

IV – DOS MOTIVOS DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO:

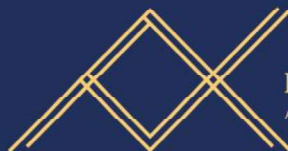
Consta no **subitem 10.2.3. Qualidade Técnica** que o conjunto da proposta técnica corresponde a 60 pontos positivos que avalia a capacidade gerencial da proponente quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas que se propõe assistir. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:

3. Qualidade Técnica.

Experiência da Organização Social em Saúde na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 200 leitos = (5 pontos).

Experiência da Organização Social em Saúde na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 100 leitos e inferior a 200 leitos = (4 pontos).

Experiência da Organização Social em Saúde na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 50 leitos e inferior a 100 leitos = (3 pontos). Veja-se print abaixo.



10.2.3. Qualidade Técnica

No conjunto da proposta corresponde a **60 pontos positivos**. Avalia a capacidade gerencial da proponente quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas que se propõe assistir. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:

			Por
3. Qualidade técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:			Item u
Experiência Hospitalar da proponente	Anterior em	Gestão	
		Experiência da Organização Social em Saúde na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 200 leitos	05 pt
		Experiência da Organização Social em Saúde na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 100 leitos e inferior a 200 leitos	04 pt
		Experiência da Organização Social em Saúde na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 50 leitos e inferior a 100 leitos	03 pt

No caso concreto, o objeto licitado contém 91 leitos. A exigência do número de leitos igual ou superior a 200 leitos é irrazoável conforme o cenário:

- se existirem muitas participantes com essa capacidade, ou até maior, seria razoável exigir dos pretensos licitantes a comprovação *de experiência em gestão de pelo menos metade (102)*. Em sentido contrário, se poucas ou pouquíssimas, seria irrazoável, podendo até caracterizar direcionamento da licitação. Como, neste Estado, apenas 5 (cinco) Entidades têm experiência na gestão de hospitais com mais de 200 leitos, **a exigência nada tem de razoável, incidindo, assim, no vício de nulidade.**

Nem seria necessário argumentar com base no “**princípio da isonomia**”, bastando verificar que exigência é irrazoável, justamente, por restringir absurdamente o universo de possíveis licitantes para, assim, em tese, facilitar a contratação de alguém que seja do interesse do gestor. Enfim, não é razoável exigir, num universo de muitas pequenas OSS, que poucas grandes (cerca de 5), possam concorrer e uma delas, vencer a licitação e vir a ser contratada. De fato, a exigência editalícia causa desequilíbrio entre a Entidade e as grandes OSS, impedindo-a, inclusive, de um dia também se tornar grande!

As exigências de qualificação técnica, sejam elas de caráter técnico profissional ou técnico operacional, não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios



realizados pela Administração Pública. Devem constituir tão somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais.

Esse posicionamento encontra guarida no entendimento segundo o qual a Constituição Federal somente autoriza exigências que configurem um mínimo de segurança. Portanto, não há de se admitir exigências que vão além disso com base no argumento de que a segurança da Administração restaria ampliada, na medida em que o máximo de segurança corresponderia, inequivocamente, ao máximo da restrição. E essa não é a solução proclamada pela Carta Magna.

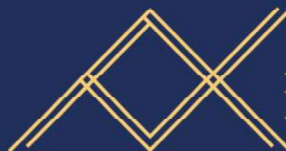
Desse modo, os fatos noticiados pela representante refletem a prática de ato contrário aos princípios norteadores e ao caráter competitivo dos procedimentos licitatórios. (PROCESSO Nº: 79334/11, ACÓRDÃO Nº 3421/13 - Tribunal Pleno)

INCONSISTÊNCIA NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA A PONTUAÇÃO.

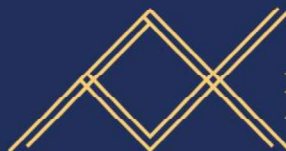
Conforme o disposto no Item 10.2.2. Área da Qualidade, localizado na página número 17 do edital em questão, lê-se em sua descritiva: "No conjunto da proposta corresponde a 20 pontos positivos."

10.2.2. Área de Qualidade

No conjunto da proposta corresponde a **20 pontos positivos**. Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:



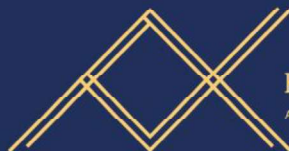
Comissão de Ética Médica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comissão de Ética em Enfermagem	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comissão de Biossegurança	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comissão de Controle de Infecção Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comissão de Análise e Revisão de Prontuários	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comissão de Verificação de Óbitos	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho - SESMT	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comissão de Documentação Médica e Estatística	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional (EMTN)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comissão de Proteção Radiológica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C
Comissão de Resíduos de Serviços de Saúde	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	C



Qualidade Objetiva: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões	Comitê Transfusional	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0
	Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0
	Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0
	Comissão Interna de Qualidade	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0
	Comissão de Prevenção e Cuidados com Integridade da Pele	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0
	Comitê de Gerenciamento dos Pacientes com Risco para Longa Permanência Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0
	Núcleo Interno de Regulação (NIR)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0
	Comissão de Acidentes com Material Biológico (CAMB)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0
	Comissão de Farmácia e Terapêutica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0
	Comitê de Compliance	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0

Na sequência, veja-se, print da página 19 do Edital.

Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital : Acolhimento e Atendimento	Outras Comissões	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Atividade Anual.	0
		Projeto de Educação Permanente individualizada para o estabelecimento de saúde	0
		Fluxo de Manutenção Preventiva e corretiva de equipamentos para a unidade de saúde	0
	Desenvolvimento da unidade	Possuir parceria com instituições de ensino, ou suas próprias para desenvolvimento de projetos de pesquisa na área de assistência hospitalar e/ou de saúde pública em concordância com o Plano Estadual de Saúde vigente	2
		Projeto de hospital ensino para a unidade	0
	Acolhimento	Manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco.	
		Proposta e metodologia e instrução com definição de horários, critérios e medidas e controle de risco para as visitas aos usuários	
		Proposta de implantação de orientações quanto às formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, Proposta de formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, com ênfase aos de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais conforme previsão da legislação vigente.	
	Atendimento	Proposta de desenvolvimento das ações da ouvidoria vinculada a SES, com pesquisa de satisfação.	



A irregularidade reside na seguinte constatação: ao gerar o edital para publicação, a quantidade de pontos de cada item foi suprimida. Desta forma não há como saber a pontuação de cada item do edital neste conjunto da proposta.

Cumprе destacar que a inconsistência na avaliação da proposta técnica, conforme apresentada, prejudica substancialmente a lisura e a equidade do processo licitatório, contrariando aos princípios e normas da atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios do Direito Público.

Portanto, com base nos argumentos expostos e respaldados pela legislação pertinente, solicito a imediata revisão do Edital de Chamamento Público nº 04/2023-SSES/GO, no que tange à avaliação da proposta técnica, a fim de assegurar a justa competição entre os licitantes e a estrita observância dos princípios da legalidade e da igualdade.

Requiro, ainda, que as providências cabíveis sejam adotadas para a correção das inconformidades apontadas, bem como a devida publicação das retificações no prazo legal, garantindo a transparência e a regularidade do certame.

Com a expectativa de uma célere e adequada resposta a este pedido, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Goiânia (GO), 11 de setembro de 2023.

Fernando Piza de Queiroz
OAB/GO 40.214



Documento assinado digitalmente
FERNANDO PIZA DE QUEIROZ
Data: 11/09/2023 17:41:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>